

**RTN**  
**2022**

**Fevereiro**

**Publicado em**  
**30/03/2022**

# Resultado do **Tesouro Nacional**

**Sumário Executivo**



## Sumário Executivo

Em fevereiro de 2022, o Governo Central apresentou um déficit primário de R\$ 20,6 bilhões, semelhante ao déficit de R\$ 21,3 bilhões (em termos nominais) observado no mesmo mês do ano anterior. O resultado foi melhor que a mediana das expectativas da pesquisa Prisma Fiscal do Ministério da Economia, que indicava um déficit de R\$ 21,7 bilhões.

O Tesouro Nacional e o Banco Central foram deficitários em R\$ 1,3 bilhão, enquanto a Previdência Social (RGPS) apresentou déficit de R\$ 19,3 bilhões. Comparado a fevereiro de 2021, o resultado primário observado decorre da combinação de um aumento real de 10,7% (+R\$ 11,3 bilhões) da receita líquida e um acréscimo real de 6,5% (+R\$ 8,3 bilhões) das despesas totais.

O aumento real da receita líquida no mês é derivado do crescimento nas receitas não administradas (+R\$ 16,0 bilhões), nas receitas administradas (+R\$ 4,2 bilhões) e na arrecadação líquida para o RGPS (+R\$ 1,1 bilhão), parcialmente compensado pelo crescimento nas transferências por repartição de receita (+R\$ 10,0 bilhões). Os principais destaques na comparação mensal são: a) recebimento de recursos de bônus de assinatura relativos à segunda rodada da cessão onerosa<sup>1</sup> (+R\$ 11,2 bilhões); b) aumento na arrecadação do Imposto de Renda Retido na Fonte e da Contribuição Previdenciária; e c) aumento na arrecadação de dividendos (+R\$ 2,5 bilhões).

A variação real nas despesas totais pode ser explicada pelo: i) pagamento de benefícios e auxílios do Programa Auxílio Brasil, em fevereiro de 2022, no montante de R\$ 7,4 bilhões, enquanto em fevereiro de 2021 foram pagos, em termos reais, R\$ 2,7 bilhões de benefícios do Programa Bolsa Família; ii) aumento das despesas discricionárias (+R\$ 2,5 bilhões), com destaque para a função Saúde (+R\$ 1,0 bilhão); iii) acréscimo de R\$ 1,8 bilhão na rubrica de Subsídios, Subvenções e Proagro (com destaque para R\$ 1,4 bilhão em Proagro); e iv) aumento de R\$ 1,7 bilhão no pagamento de créditos extraordinários devido a aquisição de vacinas. Na direção contrária, destaca-se a redução real na rubrica de Pessoal e Encargos Sociais (-R\$ 2,6 bilhões).

Com o número de fevereiro, o resultado acumulado no ano totaliza um superávit primário de R\$ 56,0 bilhões, ante superávit de R\$ 22,2 bilhões no mesmo período de 2021 (em termos nominais). Esse resultado é composto por um superávit de R\$ 91,3 bilhões do Tesouro Nacional e do Banco Central e por um déficit de R\$ 35,3 bilhões na Previdência Social (RGPS). Em termos reais, no acumulado até fevereiro, a receita líquida anotou aumento de 15,4% (+R\$ 43,0 bilhões), enquanto a despesa cresceu 4,4% (+R\$ 11,1 bilhões).

Quanto à receita, destacam-se os aumentos nas receitas administradas (+R\$ 28,3 bilhões), concentradas principalmente em Imposto de Renda e CSLL. Ainda, destacam-se os acréscimos nas receitas não administradas (+R\$ 24,2 bilhões) e na arrecadação líquida para o RGPS (+R\$ 4,8 bilhões). Esses movimentos foram parcialmente compensados pelo aumento nas transferências por repartição de receita (+R\$ 14,3 bilhões).

---

<sup>1</sup> Campos de Sépia e Atapu – Bacia de Santos.

Do lado da despesa, no primeiro bimestre de 2022, a variação real é explicada: i) pelo aumento de R\$ 9,6 bilhões nas despesas obrigatórias com controle de fluxo, com destaque para a variação positiva de R\$ 8,6 bilhões na rubrica “Bolsa Família e Auxílio Brasil”; ii) pelo acréscimo de R\$ 3,0 bilhões no pagamento de créditos extraordinários; iii) pelo aumento de R\$ 2,5 bilhões na rubrica de Subsídios, Subvenções e Proagro (com destaque para R\$ 1,3 bilhão em Proagro); e iv) pela redução na rubrica de Pessoal e Encargos Sociais (-R\$ 4,7 bilhões).

Os dados apurados até fevereiro corroboram a melhora na previsão de resultado primário do Governo Central trazida pelo Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – RARDP relativo ao 1º bimestre, publicado na semana passada. De acordo com o RARDP, a projeção de déficit primário para o ano se reduziu em R\$ 9,3 bilhões com relação ao previsto na lei orçamentária aprovada, chegando a R\$ 66,9 bilhões.

Esse resultado se explica pelo bom momento da arrecadação federal, mas também pelo controle das despesas. A previsão para a arrecadação total subiu R\$ 87,5 bilhões, a despeito da redução de R\$ 3,3 bilhões nos ingressos relativos às Receitas Administradas. No entanto, no caso dessa rubrica, pode-se dizer que o efeito da redução do IPI e da desoneração no PIS/COFINS sobre combustíveis foi praticamente compensado por maior expectativa de arrecadação de IR/CSLL, por conta basicamente do crescimento da arrecadação a título de ajuste de IRPJ/CSLL no primeiro bimestre do ano.

Merecem ainda destaque o crescimento previsto nas contribuições para o RGPS, amparado pela melhora na projeção de crescimento da massa salarial nominal, bem como nas Receitas Não Administradas, concentrado nas rubricas de Concessões, Exploração de Recursos Naturais e Dividendos.

O crescimento de R\$ 32,7 bilhões na previsão de despesas primárias, por sua vez, é principalmente explicado pela incorporação da projeção de execução de créditos extraordinários no ano, no valor de R\$ 23,8 bilhões. Aqui, vale explicar que apenas cerca R\$ 1,5 bilhão desse montante se refere a eventos iniciados em 2022. Do restante, R\$ 13,6 bilhões tratam de restos a pagar trazidos do ano anterior líquidos de cancelamentos, em grande parte ligados a despesas de enfrentamento à pandemia, e R\$ 8,8 bilhões são referentes a políticas viabilizadas por Medidas Provisórias editadas no fim do ano passado, relacionadas à disponibilização de Internet nas escolas, compra de vacinas e distribuição de alimentos. Ademais, foram feitos ajustes nas despesas com subsídios, complementação da União ao Fundeb e recomposição na dotação da despesa de pessoal.

Confirmada a previsão trazida pelo RARDP, a Despesa Total do Governo Central encerrará o ano em 18,2% do PIB, menor valor desde 2014, mostrando o importante efeito da contenção de despesas provocado pelo teto de gastos e da focalização das despesas de combate à pandemia.

Nesse contexto, cabe destacar o cenário para os principais agregados de despesa, como os Benefícios Previdenciários, que devem atingir o patamar de 8,1% do PIB, menor valor desde 2016, e as Despesas de Pessoal, que devem atingir 3,5% do PIB, menor valor da série iniciada em 1997. A previsão para a rubrica Outras Despesas Obrigatórias, que cai de 3,5% do PIB em 2021 para 2,9% do PIB em 2022, reflete a redução dos gastos extraordinários com a Covid-19.

As despesas discricionárias se mantêm em volume reduzido, em torno de 1,4% do PIB, mesmo valor desde 2020, sinalizando a necessidade da continuidade de reformas que possam reduzir a participação das despesas obrigatórias no orçamento.

Em contrapartida, as Despesas Obrigatórias com Controle de Fluxo se sobressaem como o único agregado com previsão de aumento consistente na comparação com anos anteriores, chegando a 2,3% do PIB em 2022. Esse movimento resulta da ampliação do programa Auxílio Brasil, que hoje conta com um orçamento de R\$ 89 bilhões, bastante superior aos cerca de R\$ 35 bilhões do seu antecessor, o Bolsa Família.

Vale dizer que a melhora nas projeções oficiais tem sido acompanhada pelas expectativas de mercado. Considerando as previsões divulgadas pelo sistema Prisma Fiscal, a mediana das projeções das instituições financeiras, enviadas mensalmente, tem apontado redução no déficit primário do Governo Central para 2022 praticamente desde maio de 2021. A última coleta, realizada já no mês de março, mostra uma expectativa de déficit de R\$ 64,2 bilhões, melhor até que a projeção do RARDP. Mesmo as projeções de mercado para a dívida bruta ao fim do ano têm mostrado redução desde o início do ano, saindo de 84% do PIB em janeiro para 82,7% do PIB em março.

Esse cenário mais favorável para as contas públicas ampara a melhora recente nas condições financeiras do país, num momento de grandes incertezas no ambiente geopolítico. A continuidade desse processo depende, no entanto, do prosseguimento do trabalho de consolidação fiscal em curso, centrado no respeito ao teto de gastos, na medida em que a dívida pública brasileira ainda se encontra em patamar elevado.